
Mídia e direito de torcer no futebol: torcidas LGBTQIAPN+ como contraponto à extrema-direita¹

Marcelo Alves de Resende²

Leda Costa³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar as torcidas LGBTQIAPN+ de clubes do futebol brasileiro como um contraponto à extrema-direita no embate político nesse esporte e, principalmente, de autodefesa pelo direito de torcer, num cenário em que a extrema-direita buscou a todo custo ampliar as bases narrativas a fim de se manter no poder e de excluir minorias. Uma dessas tentativas se dava com o ex-presidente Jair Bolsonaro vestindo camisas de diversos times do país e a cooptação de símbolos nacionais, como a camisa da seleção brasileira de futebol, impondo-se como legítimo representante do país ao se ligar a uma marca de identidade nacional. Iremos analisar o Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ no Instagram para confirmar a ameaça a pessoas LGBTQIAPN+ no futebol em meio ao discurso de ódio reinante da extrema-direita no país e no futebol.

Palavras-chave: futebol; política; extrema-direita; LGBTQIAPN+; comunicação.

INTRODUÇÃO

O mundo político acompanhou nos últimos anos a ascensão de grupos ultraconservadores em diversas democracias ocidentais. Experiências políticas que abalaram o *establishment* mundial, gerando repercussão planetária e elevando nomes que se diziam antissistêmicos ao poder. Esses acontecimentos públicos foram representados, principalmente, pelo presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, no poder desde 2003; pelo premiê da Hungria, Viktor Orbán, no poder desde 2010, quando iniciou o segundo mandato; pela eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, em 2016; de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018; Boris Johnson, como primeiro-ministro, no Reino Unido, em 2019; entre outros. No campo político, são nomes que se colocam como

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação e Esporte, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Comunicação Social da FCS-Uerj, e-mail: mar.marceloresende@gmail.com

³ Doutora em Literatura Comparada. Professora do PPgcom (UERJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte – UERJ, e-mail: ledamonte@hotmail.com

conservadores e que possuem características da extrema-direita, cuja principal essência é o ataque à democracia (MUDDE, 2022).

Em terras brasileiras, Jair Bolsonaro é o expoente dessa direita ultraradical, comandando o fenômeno conhecido como bolsonarismo, chegando à presidência em 2018, após diversos acontecimentos desde junho de 2013, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), a Lava-Jato, a prisão de Lula (PT) com atuação parcial do judiciário, a desinformação nas eleições de 2018, entre outros fatores (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Além de ataques frequentes ao sistema democrático brasileiro, Bolsonaro e seus apoiadores fazem uso da guerra cultural para promover o nós contra eles e por como inimigo tudo aquilo que não se encaixa no ecossistema bolsonarista. Definido um alvo, é produzido, por exemplo, o discurso de ódio contra minorias, como a perseguição a mulheres, a negros e a grupos LGBTQIAPN+. Contrário ao avanço sexual e aos direitos reprodutivos (MISKOLCI, 2018), o bolsonarismo atacou ainda mais esses grupos, seja pela ausência de políticas públicas, nas redes sociais ou até mesmo por meio da imprensa. Um cenário excludente às minorias.

A direita brasileira cooptou símbolos nacionais para se autolegitimar como únicos representantes de um Brasil imaginado por ela. Em manifestações bolsonaristas, era comum o discurso antidemocrático, contra as urnas e o STF, e algo como “nossa bandeira jamais será vermelha”. Isso ficou ainda mais evidente com Jair Bolsonaro que explorou a camisa da seleção brasileira e a bandeira do país em toda a campanha e durante o seu governo, promovendo, inclusive, um discurso de combate a um possível comunismo, marcando o segundo sequestro dos símbolos nacionais, como afirmam Guedes e Almeida (2019). O primeiro foi durante a ditadura militar brasileira que vigorou no país entre 1964 e 1985.

No futebol, tal sequestro fez com que parte da população não se sentisse mais representada pela camisa da seleção brasileira, recusando-se a usá-la na Copa do Mundo de 2018 (REIS, 2021). Com o passar dos anos, grupos políticos reavaliaram o afastamento dos símbolos nacionais e passaram a usá-los novamente, já num contexto de enfrentamento à extrema-direita. Dentro do futebol, isso também é verificado com o Coletivo Canarinhos LGBTQ+, que surgiu em 2019 com o objetivo de lutar pelo direito da população LGBTQIAPN+ de torcer e estar presente no esporte mais popular do país, democratizando-o a grupos excluídos dentro de um ambiente historicamente heteronormativo. Faremos uma análise da atuação da Canarinhos LGBTQ+, via

Instagram e site oficial da organização, para confirmar o enfrentamento à extrema-direita brasileira como forma de resistência, de autodefesa e democratização do futebol.

FUTEBOL E POLÍTICA

Quando jornalistas esportivos fazem comentários políticos que desagradam uma ala de seguidores, comumente recebem como comentário algo como “você comenta futebol, não política”, “vai comentar futebol que é o que você sabe”, entre outras frases que mostram como uma parcela da população visa a despolitizar o futebol. Afinal, política e futebol se misturam? O futebol é político? Antes de iniciar qualquer debate, é interessante afirmar que futebol e política são distintos com experiências próprias histórica e socialmente construídas. Historicamente, a política tratava apenas as relações de poder entre o Estado e os cidadãos, no entanto, está presente em todos os fenômenos sociais, mesmo que as relações com o Estado e a vida pública não estejam nítidas. Ribeiro (2020) afirma que a partir da metade do século XX houve uma reconfiguração do conceito de política influenciada, entre outras coisas, por movimentos sociais e culturais, como o Maio de 68, o feminismo, a luta contra o Apartheid. Isto é, a política deixa de ser definida como algo natural apenas entre Estado e cidadão, perde esse caráter único para uma prática socialmente construída ao longo da história. Movimentos sociais como uma união de mulheres pela igualdade salarial no Brasil, por exemplo, constitui política. Ou o trabalho do Coletivo Canarinhos LBGQTQ+⁴ que luta pela inclusão da população LGBTQIAPN+ no futebol.

A política do Estado é sim uma ordem que responde a um bem comum, mas é, em última instância, uma ordem produzida na tessitura das relações sociais de disputa de poderes. A política se exerce por meio de uma complexa rede de micropoderes, integrados ou não ao Estado (RIBEIRO, 2020, p. 27)

Portanto, é uma política que sai das ruas como forma de micropoder, retirando do Estado o monopólio do poder hegemônico. A quem interessa o poder fora da sociedade, fora das ruas, fora dos movimentos, fora dos coletivos etc.? A política nas ruas abre margem para as subjetividades, o que põe sob ameaça o poder dominante. Existem grupos que lutam para sobreviver e enfrentar a ordem vigente e, por consequência, tornar o espaço onde vivem mais democrático. Porém também há o mesmo do outro lado, organizações que se colocam como defensores do sistema para mantê-lo como está. Talvez por isso que DaMatta (1997) afirma que o brasileiro é avesso às tensões sociais,

⁴ <https://canarinhoslgbtq.com.br/>

porque ele não deseja mudanças profundas na sociedade, caracterizando certo conservadorismo. Lembra do Escola sem Partido? Dos gritos de “sem partido” nas manifestações de junho de 2013? Há despolitização para, num momento oportuno, acontecer a cooptação de determinado experimento social. No futebol não é diferente, pois é esse o caminho daqueles que não desejam a mistura da política com o esporte. O futebol despolitizado fica blindado da atuação dos micropoderes e inteiramente exposto à manipulação dos poderes oficiais (governos, Fifa, confederações, clubes sem a participação das ruas). Não há democracia.

Quando o futebol surgiu no século XIX, poderia fazer sentido despolitizá-lo num contexto de tensões sociais nas relações internacionais, “ocorrendo desde as rivalidades imperialistas do mercado global até as disputas específicas na Europa, como a sangrenta guerra franco-prussiana” (RIBEIRO, 2020, p. 30). Praticado pela classe média de maneira amadora e tido como puro entretenimento em seu início, o futebol serviria para abrandar os problemas políticos entre países, inclusive como uma forma de autoafirmação desse esporte. Hoje, o futebol está popularizado, globalizado e profissionalizado. Porém, ainda há camadas sociais que lutam para ter direito de se fazer presente. Conhecendo o caráter heteronormativo do futebol, o que será discutido mais à frente, quaisquer subjetividades que lutam por inclusão LGBTQIAPN+ e de mulheres nesse esporte, por exemplo, ameaçam as estruturas misóginas e LGBTfóbicas do futebol.

A Fifa, reguladora do futebol mundial, define o padrão-Fifa para as suas competições, incluindo a Copa do Mundo de seleções. São regras básicas para um país seguir caso se interesse por organizar torneios internacionais da entidade. Há uma discussão sobre conforto e experiência do torcedor, mas um ponto importante é que a Fifa aniquila a cultura e, conseqüentemente, os micropoderes dos países organizadores a fim de evitar qualquer abalo da estrutura pensada pela entidade, como aconteceu na Copa de 2014, disputada no Brasil⁵. Proíbe qualquer discurso de quem ajuda a fazer o espetáculo, não dando espaço para a individualidade de um povo tampouco para o surgimento ou visibilidade de histórias longe do que está no campo. No contexto das Jornadas de Junho, a Fifa proibiu qualquer manifestação de torcedores por meio de cartazes na Copa das Confederações, temendo o cancelamento do torneio em virtude da ebulição das ruas em

⁵ Disponível em: > <https://epoca.globo.com/vida/copa-do-mundo-2014/noticia/2014/06/fifa-proibe-btablets-guarda-chuvas-e-vuvuzelasb-nos-estadios-da-copa-confira-lista.html> <. Acesso em: 04 ago. 2023.

2013⁶. Não adianta fechar o espaço a culturas diversas, ao diferente e, depois, querer contratar o atacante Vinicius Jr. para ser embaixador da Fifa contra o racismo no futebol mundial⁷, o que aconteceu após o brasileiro sofrer ataques racistas generalizantes num jogo pelo campeonato espanhol. Se não permite o diferente, cria a brecha para o discurso dominante. A Fifa deveria fazer o inverso, lutar pela politização e democratização do esporte para que todos tenham acesso e voz. Se você despolitiza e aniquila as culturas de se fazerem presente nos estádios, abre-se espaço para cooptação do futebol por grupos dominantes e seus interesses, demarcando um futebol que não é de todos com a exclusão de minorias sub-representadas.

Durante o século XX, existem exemplos que ajudam a ilustrar como pode ser problemático a cooptação por grupos dominantes após as grandes guerras e crise de 1929, quando houve o esgotamento da democracia liberal e certas limitações da autonomia da sociedade civil, que perdeu espaço para o interesse coletivo gerado por um Estado autoritário. Essa realidade desembocou em um poder político centralizado com ideias absolutas.

Nesse contexto de regimes autoritários e totalitários, processaram-se restrições às liberdades das entidades esportivas, que passaram a ser politicamente enquadradas, fosse para atender à centralização, fosse para emprestar legitimidade aos regimes. [...] Na perspectiva de se autoafirmar como autoridade, o Estado aumentou seu interesse em relação às manifestações de raiz popular, como o futebol, na mesma proporção do seu belicismo (RIBEIRO, 2020, p. 34)

É a partir desse momento, como aponta Ribeiro (2020), que há uma efetiva aproximação entre o Estado-nação e o futebol para colocar tal esporte dentro dos anseios nacionais. As ditaduras, portanto, aproveitam-se do futebol para legitimar-se, como fez Benito Mussolini. O fascismo italiano explorou o sucesso do futebol, associando-se a ele, depois dos títulos mundiais conquistados nas Copas de 1934 e 1938 e nas Olimpíadas de 1936. Durante a ditadura do Estano Novo, Getúlio Vargas também se aproximou do futebol, especialmente após o inédito terceiro lugar na Copa do Mundo de 1938, para angariar apoio popular e por em prática suas políticas e projetos de criar uma identidade nacional (SOUZA, 2008). É na ditadura Vargas, inclusive, que é criado, em 1941, o Conselho Nacional de Desportos (CND). O decreto-lei 3199 regulamentou a prática

⁶ Disponível em: > <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/fifa-afirma-que-nao-permite-protestos-dentro-dos-estadios.htm> <. Acesso em: 04 ago. 2023.

⁷ Disponível em: > <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/15/vinicius-jr-comite-antirracismo-da-fifa.ghtml> <. Acesso em: 04 ago. 2023.

esportiva no país, incluindo a exclusão de mulheres no artigo 54: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1941). A extrema-direita idealiza uma sociedade sob as definições heteronormativas com supervalorização da família tradicional formada por homem e mulher cisgênero e filhos nos mesmos moldes (STANLEY, 2019). Quaisquer movimentos da sociedade civil que não sigam essa lógica tornam-se uma ameaça ao status-quo ultraconservador.

No Brasil, sob o bolsonarismo, não foi diferente. Houve ataques corriqueiros à comunidade LGBTQIAPN+. Mesmo em 2023, após Bolsonaro sair da presidência, um pastor bolsonarista incentivou que fiéis evangélicos matassem pessoas LGBTQIAPN+⁸. Foram ataques sub-sequentes às minorias, incluindo a população LGBTQIAPN+, que se viu como alvo frequente da extrema-direita brasileira, que abonima os avanços sexuais e reprodutivos, especialmente de mulheres e homossexuais, denominando-os como “ideologia de gênero” (MISKOLCI, 2018). Em 2011, uma semana após o Supremo Tribunal Federal regulamentar a união entre pessoas do mesmo sexo, o então deputado federal Jair Bolsonaro liderou movimento contrário à distribuição de material escolar que visava ao enfrentamento da discriminação e da violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, pejorativamente chamado de “kit gay”. Bolsonaro logo obteve apoio da bancada evangélica no congresso nacional. Os ultraconservadores usavam o argumento de doutrinação das crianças para que elas se tornassem gays, gerando um pânico moral na população. Com crianças usadas como tática de convencimento, gerando grande repercussão midiática, os ultraconservadores conseguiram que a distribuição do material fosse cancelada pela presidenta Dilma Rousseff (MISKOLCI, 2018).

É em 2014, durante os debates sobre o novo Plano Nacional de Educação, que o movimento Escola Sem Partido, uma associação pouco conhecida, criada em 2004 para combater o que definia como “doutrinação marxista” nas escolas e à época mais próxima da agenda econômica neoliberal do Instituto Millenium – passou a adotar como alvo a chamada “ideologia de gênero”, tendo sua pauta crescentemente incorporada por diversos grupos políticos. Laicos, evangélicos (neopentecostais ou não) e católicos uniram-se disseminando o espectro da “ideologia de gênero” como suposta ameaça às crianças e à família brasileira em 2015, ano em que Estados e municípios discutiram – respectivamente – os planos de educação estaduais e municipais (MISKOLCI, 2018, p. 6).

⁸ Disponível em: > <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/pastor-andre-valadao-incita-fieis-a-matar-lgbts-em-culto-nos-estados-unidos-16614188> <. Acesso em: 10 ago. 2023.

Jair Bolsonaro venceu as eleições brasileiras de 2018 com o lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O próprio slogan político já conota o totalitarismo, uma característica fascista: a nação e cada cidadão devem estar sob a égide de seu líder máximo. Bolsonaro se põe desta maneira ao pleitear a presidência do Brasil, que estaria acima de tudo. Ou seja, o que o bolsonarismo propor deve ser acatado porque se sobrepõe a tudo hierarquicamente, menos de Deus, numa conotação religiosa, com o intuito de agradar o conservadorismo cristão, comandado por pastores de igrejas poderosas pelo país. A hierarquia também é uma categoria fascista, pois coloca o “legítimo povo” (o cidadão de bem) acima do “diferente”, do estrangeiro, daqueles que não representam os valores patriarcais (STANLEY, 2019). Táticas semelhantes foram usadas por políticos ao redor do mundo, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Boris Johnson, no Reino Unido. Trump é abertamente contra imigrantes latinos, sempre falou em construir um muro na fronteira com o México. Já Boris Johnson conseguiu retirar o Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, usando o mesmo discurso, pois os acordos europeus estariam minando a capacidade de desenvolvimento de seu país.

Eleito no Brasil, Jair Bolsonaro modificou as estruturas do governo federal atendendo a duas formas de governar: neoliberalismo econômico (LAVAL, DARDOT, 2013) e reduzir o espaço e o direito das minorias nos costumes (RIBEIRO, 2017). Extinguiu ministérios importantes⁹, como o do Trabalho, da Cultura, e colocou nomes contrários à pauta das minorias sub-representadas à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como Damares Alves¹⁰, que fazia parte da ala ideológica do bolsonarismo.

No campo esportivo também não foi diferente. O futebol suscita paixões nos brasileiros há mais de um século. Bolsonaro buscou se aproveitar disso e tentou se manter próximo do esporte mais popular do país para a promoção das ideias ultraconservadoras, como a adoção do discurso de ódio (WILLIAMS, 2021) e da guerra cultural (ROCHA, 2021) para atacar, especialmente, as minorias. No futebol, interveio de diversas formas, desde a criação da “Lei do Mandante”, que previa mudanças nas verbas de direitos de

⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/com-vetos-bolsonaro-sanciona-lei-que-reorganiza-ministerios>. Acesso em: 11 ago. 2023.

¹⁰ Damares Regina Alves é uma advogada, pastora evangélica fundamentalista religiosa e política brasileira filiada ao Republicanos. Foi ministra de Bolsonaro integrando a ala ideológica do governo. Atualmente, exerce o mandato de senadora da República pelo Distrito Federal.

transmissão, as quedas bruscas do investimento no esporte (interrupção do bolsa-atleta, que é fundamental no ciclo olímpico), a tentativa de popularização de Bolsonaro pelo futebol ao vestir camisas de diversos times brasileiros e, principalmente, de usar os símbolos nacionais como forma de impor o ultranacionalismo por meio da bandeira do Brasil e da camisa da seleção brasileira de futebol, um atributo histórico da identidade nacional do país, repetindo o sequestro de tais atributos pela ditadura militar a partir da década de 1960 (GUEDES E SILVA, 2019). Se apenas um grupo representa o bolsonarismo, todos os outros são excluídos.

PELO DIREITO DE TORCER

Ao perceber o uso da camisa da seleção por ultraconservadores, grupos contrários ao bolsonarismo passam a usá-la para marcar território político, numa tentativa de “dessequestro”, a ser futuramente analisado com mais detalhes, e demonstrar que o país vai muito além do que a extrema-direita deseja. Esse movimento pode ser observado, principalmente, a partir de 2022, quando ocorreram a Copa do Mundo no Catar e as eleições. No futebol, surgiram outras formas de contra-argumentar e marcar o território político a favor da diversidade. Uma delas foi o Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, criado em 2019 com o intuito de denunciar e combater as violências sofridas por pessoas LGBTQIAPN+ no futebol, nas redes e nas ruas. Um micropoder que entra em disputa no debate político (RIBEIRO, 2020).

Mesmo sem ir ao estádio, as torcidas e pessoas LGBTQs foram vítimas de ataques de ódio pela internet durante a pandemia de COVID-19, e a Canarinhos LGBTQ se mobilizou com o intuito de denunciar e combater essa prática. Notas, posicionamentos, cartilha, reenvio de propostas, diálogos, articulações, orientações e busca de construção por todos os caminhos fizeram parte do processo de início dos trabalhos da Canarinhos (COLETIVO DE TORCIDAS CANARINHO LGBTQ+, s./d.).

Além disso, também visou a congregar torcidas LGBTQIAPN+ de diversos clubes brasileiros para realização de ações, campanhas, iniciativas e sugestões de inclusão e diversidade (CAMARGO, 2022). Uma dessas foi o encontro nacional virtual em agosto de 2020, que teve a sala invadida por diversos discursos homofóbicos após divulgação do link. O debate ocorreu, mas sem a presença do público geral. Atualmente, o coletivo Canarinhos LGBTQ+ reúne 18 torcidas LGBTQIAPN+ de 18 clubes do Brasil, entre eles

do Vasco (Vasco LGBTQ+), do Cruzeiro (Marias de Minas), do Botafogo (Torcida LGBTQIA+ do Botafogo) e do Corinthians (Fiel LGBT).

A Vasco LGBTQ+, por exemplo, tem atuado junto ao clube para promover essas ações de inclusão e evitar a LGBTfobia entre os vascaínos. Em junho de 2021, o Vasco da Gama lançou, de forma inédita, uma camisa em apoio à diversidade no futebol. O clube colocou a tradicional faixa transversal nas cores do arco-íris, símbolo da comunidade LGBTQIAPN+. Não houve unanimidade entre os jogadores sobre o uso em uma camisa: o zagueiro Leandro Castán, querido pelos torcedores, citou a bíblia e fez publicação contrária à ação no Instagram¹¹. Tempos depois, Castán admitiu que o seu posicionamento mudou a relação dele com a torcida¹². Mesmo assim, o clube manteve a estreia da camisa diante do Brusque, em São Januário. Na ocasião, o Vasco venceu por 2 a 1, com direito ao atacante Germán Cano levantar a bandeirinha de escanteio com o arco-íris na comemoração de um dos gols. Na divulgação do novo uniforme, o clube lançou uma carta em defesa da diversidade no sentido de combater a LGBTfobia no futebol. Como fez há 100 em defesa de seus jogadores negros e operários. O clube também contou com ações em 2022 e em 2023.

A homofobia e a transfobia são alguns dos mais graves problemas do nosso tempo e o esporte ainda é, infelizmente, um de seus espaços de mais forte reprodução. O Vasco da Gama assume para si a responsabilidade de se posicionar diante do tema, sem defender aquilo que é cômodo, mas sim aquilo que é correto. O clube será um parceiro daqueles que lutam contra o preconceito relacionado à orientação sexual ou à identidade de gênero de quem quer que seja. [...] Ser parte da mudança – e não do problema – não é simples, já que exige uma mudança de nós mesmos. O Vasco convida clubes, atletas, torcedores, dirigentes, federações e sociedade para um compromisso conjunto de debate acerca da homofobia e da transfobia (CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA, 2021).

Outra torcida atuante é a LGBTricolor, que também tem o trabalho voltado para inclusão no futebol. Possuem camisas, bonés e adereços do grupo para marcar a visibilidade LGBTQIAPN+ nos jogos do Bahia. Em junho de 2023, realizaram o baile da Torcida LGBTricolor para sociabilidade de integrantes e fãs LGBTQIAPN+ do Bahia¹³.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQoPZgity0V/>. Acesso em 11 ago. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.lance.com.br/fora-de-campo/castan-afirma-que-posicao-sobre-a-camisa-lgbtqia-do-vasco-mudou-a-relacao-com-os-torcedores.html>. Acesso em: 11 ago. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsmxOD3J-G9/>. Acesso em 11 ago. 2023.

Também promovem o debate sobre gênero e sexualidade¹⁴. A atuação também é próxima do clube, cujo então presidente declarou, em 2019, que estádio também é lugar de gay ao detalhar as estratégias de comunicação do clube em prol da inclusão e diversidade, colocando mais um clube em defesa da comunidade LGBTQIAPN+.

Existem duas estratégias de comunicação. A primeira é muito clara. De dizer ao negro, ao pobre, ao gay, ao indígena, que eles fazem parte da história da cidade do estado da Bahia. E eles precisam fazer parte do clube. Essas pessoas estavam assistindo jogos nos barzinhos da periferia da cidade, ou sequer isso, já não estavam se interessando pelo clube. Quando a gente diz ao gay ‘venha pro estádio, aqui é lugar de gay também’. É lugar de trans, de negro, de índio, de todos.

Midiaticamente, esses coletivos têm o Instagram como uma das principais ferramentas de atuação. A exemplo do próprio Canarinhos LGBTQ+. Nele, o grupo detalha ações e projetos em andamento, denuncia as violências sofridas pelo público LGBTQIAPN+ no futebol e cobra políticas públicas de inclusão de autoridades. Exemplo: em 17 de maio de 2023, o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, a página do coletivo revelou que apenas três clubes da Série A não se posicionaram a favor da causa: Flamengo, Coritiba e Cuiabá¹⁵. Uma forma de cobrar a diretoria dessas equipes a repensarem a estratégia e permitir que os torcedores LGBTQIAPN+ dessas equipes se sintam acolhidos pelo clube do coração. O Canarinhos LGBTQ+ também conta histórias de jogadoras (o futebol masculino não permite que jogadores falem abertamente acerca do assunto), a fim de humanizá-las e alertar a sociedade que até craques como Formiga não estão ilesas de passar pela homofobia. A atleta revelou, ao portal UOL, que chegou a sofrer preconceito em clubes por onde passou. Num deles, o presidente do clube afirmou que “se tiver sapatão aqui, não vai jogar”¹⁶. Em fevereiro, o coletivo divulgou um levantamento que apontou 35 casos de LGBTfobia durante a Copa do Mundo de 2022, disputada no Catar. Foram cometidos, segundo o estudo, por torcidas, jogadores e agentes do Catar envolvidos no mundial. Em setembro de 2022, o coletivo já havia participado de encontro com a Fifa para discutir exatamente a proteção e os cuidados com o público LGBTQIAPN+ durante o torneio no Catar¹⁷, onde a homossexualidade é crime.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cs6lNLWAjKa/>. Acesso em 11 ago. 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsgteJoOI6N/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cr3zsyMJnkH/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CisPysPO5Qc/>. Acesso 11 ago. 2023.

Em outro post do Instagram, o coletivo também sugere oito ações a clubes de futebol para manter a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no futebol. Elas vão no sentido de garantir visibilidade, contratar pessoas LGBTQIAPN+, criar protocolos para casos LGBTQfóbicos, respeitar o nome social, incentivar torcedores LGBTQIAPN+ para criar relação com eles, capacitação pessoal e realizar ações para promover a diversidade. Também há o trabalho de promoção de personagens LGBTQIAPN+ no futebol¹⁸, como as jogadoras do Corinthians que usaram uma bandeira LGBTQIAPN+ após vencer o Palmeiras em 2021, e denúncias de LGBTQfobia nos estádios brasileiros, como os ataques homofóbicos recebidos por dois torcedores do ABC que se beijaram nas arquibancadas durante uma partida da equipe¹⁹.

A atuação do grupo chamou a atenção da Confederação Brasileira de Futebol e, no fim de 2022, anunciaram parceria. Em post do anúncio de colaboração²⁰, a CBF afirmou que é mais uma ação da entidade para que o futebol brasileiro se torne mais inclusivo e livre de preconceitos. Nos comentários, um homem comentou que o “futebol virando (sic) coisa de Nutella mesmo... [...] já tá virando muita putaria”. Outro falou que “Começou a lacação”. Um também disse que “Quero ver fazer pelos cristãos que estão sendo perseguidos”, discurso que faz parte da vitimização dos grupos conservadores, numa lógica de que estariam perdendo direitos pela ascensão de minorias que lutam pelo direito básico de existir. Em fevereiro de 2023, a CBF incluiu no Regulamento Geral de Competições a possibilidade de punição a clube em casos de discriminação. A entidade afirma ser a primeira confederação a adotar a medida no futebol mundial.

Em maio de 2023, o Coletivo Canarinhos LGBTQ+ divulgou levantamento dos casos de homofobia pelo Superior Tribunal de Justiça Desportivo em 2022. De acordo com o estudo, o STJD não havia condenado nenhum clube do artigo 243G do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Entretanto, o tribunal afirma que já o havia feito em 2020, ao punir Luciano Marba, técnico do Santos/AP, que proferiu insultos homofóbicos contra a arbitragem em uma partida da Série D do Campeonato Brasileiro²¹. O estudo coletivo aponta que 12 clubes foram alvos de denúncias pelos procuradores por

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUVJ04JgEYt/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

¹⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsWY6N_L26f/. Acesso em 11 ago. 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ckt6hkoPt9v/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.stjd.org.br/noticias/artigo-243-g-homofobia-no-futebol>. Acesso em: ago. 2023.

homofobia: seis condenados, dois absolvidos e quatro com medidas disciplinares homologadas. A pesquisa apontou ainda que o Remo, do Pará, foi o campeão de denúncia, indo a julgamento três vezes²².

Num dos trabalhos mais importantes, o Canarinhos LGBTQ+ lançou em maio, em parceria com a CBF, o Anuário do Observatório de LGBTfobia no Futebol Brasileiro²³, que mapeou a discriminação nos estádios, na imprensa e na internet. Nele, o coletivo apresentou as torcidas LGBTQIAPN+ parceiras, a legislação desportiva brasileira que trata da LGBTfobia, a cultura LGBTQIAPN+ no futebol, proposições para um ambiente mais inclusivo, entre outras coisas. Também trouxe dados importantes para ajudar as instituições brasileiras no combate à discriminação no futebol: em 2022, foram 74 casos de homofobia que envolveram agentes ligados ao futebol brasileiro, um aumento de 76% em relação a 2021, quando ocorreram 42. Em 2020, com os campeonatos paralisados por causa da Covid-19, foram 20 casos, entre eles Duílio Monteiro Alves se recusou a dar a camisa de número 24 ao colombiano Victor Cantillo, que joga com esse número nas costas, e ainda fez piada homofóbica. Após repercussão, o diretor de futebol do Corinthians se desculpou, e o clube cedeu a camisa 24 ao jogador. Ao site da CBF, o presidente do Canarinhos LGBTQ+, Onã Rudá, falou dos desafios ao enfrentar a LGBTfobia no futebol brasileiro.

São casos que se repetem toda semana, é uma luta complexa e desafiadora. Há clubes que já detectaram isso e trabalham o tema com seus jogadores, funcionários e torcedores. Mas ainda é insuficiente. A LGBTfobia é um mal social que se alastra em todos os ambientes, em especial no futebol. Essa intolerância motivada por ódio e discriminação é profundamente violenta e deixa marcas profundas. Temos uma pesquisa de 2018 que indica que 62,5% dos LGBTQ+ brasileiros já pensaram em suicídio (CBF, 2023)

CONCLUSÃO

Em consequência de lutar pelo direito de existir, o trabalho do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ mostra-se fundamental para a defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no futebol. Um espaço que é machista, misógino e homofóbico que precisa ser combatido e desconstruído (GOELNNER, 2005; BANDEIRA, 2019). Isso só acontecerá com ações como a do coletivo e atitudes de

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CryTdeTOixd>. Acesso em: 11 ago. 2023.

²³ Disponível em: <https://canarinhoslgbtq.com.br/post-exemplo/>. Acesso em 11 ago. 2023.

autoridades públicas que vão além do punitivismo, como medidas socioeducativas. É possível que haja interesse das instâncias políticas para inserir o debate contra a LGBTfobia na sociedade e, conseqüentemente, no futebol. Os comentários no post de anúncio da parceria entre o coletivo e a CBF só confirmaram tal necessidade.

As ações de Vasco e Bahia, por exemplo, são importantes para mudar a realidade heteronormativa e excludente do futebol, no entanto, ainda é muito pouco. Se considerar 40 clubes das duas maiores divisões do futebol brasileiro, apenas dois se envolvem com a pauta LGBTQIAPN+ além de posts em datas importantes para a comunidade. Só haverá uma mudança mais consistente quando houver um envolvimento maior da sociedade civil, de governos e justiça, desportiva e comum. O caminho passa justamente por seguir as oito diretrizes divulgadas pelo Canarinhos LGBTQ+: dar visibilidade, contratar pessoas LGBTQIAPN+, criar protocolos para casos LGBTfóbicos, respeitar o nome social, incentivar torcedores LGBTQIAPN+ para criar relação com eles, capacitação pessoal e realizar ações para promover a diversidade. São ações que permitirão democratizar o futebol e combater a cultura excludente e heteronormativa que existe no esporte.

Determinados grupos sentem-se ameaçados simplesmente porque outros historicamente excluídos estão em busca de seu espaço que lhe é de direito, seja em casa, no emprego ou num estádio de futebol. É isso que faz a extrema-direita com as táticas fascistas. Coloca-se acima de todos numa hierarquia social (lembra do slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos?”) e se vitimiza quando a estrutura patriarcal fica abalada, apelando para atingir a emoção da população em favor de grupos que há séculos estão no poder, chamando-a para a guerra cultural munidos do discurso de ódio e desinformação. Existe a necessidade de um trabalho mais detalhado a respeito da atuação de entidades LGBTQIAPN+ por direitos no futebol brasileiro, dentro desse contexto excludente do bolsonarismo, colocando como fundamental o ativismo como uma importante ferramenta a favor da conquista de direitos.

Portanto, é necessário acompanhar o trabalho da CBF, como gestora do futebol nacional, no que diz respeito a políticas de inclusão da população LGBTQIAPN+, e do STJD, que também precisa punir os casos de LGBTfobia, que só passaram a ser julgados há poucos anos. A LGBTfobia existe e mata. O Brasil é o país que mais mata pessoas

LGBTQIAPN+ no mundo há 14 anos²⁴. Isso não é um mero detalhe. Uma realidade que é ainda mais incentivada sob um governo que propaga o discurso de ódio contra essa comunidade. Só em 2022, foram 273 mortes. Isto é, uma pessoa LGBTQIAPN+ assassinada a cada três dias. A maioria de forma violenta. O grupo mais vulnerável são mulheres trans e travestis, com 58% dos casos. Homens gays aparecem na sequência, com 35% das mortes. Além da CBF e do STJD, os clubes e os governos municipal, estadual e federal e a justiça comum devem ser cobrados por ações mais concretas para permitir um ambiente mais acolhedor aos torcedores nos estádios, nas ruas e nas redes. Nesse sentido, ainda bem que existe o trabalho do Coletivo Canarinhos LGBTQ+.

Referências bibliográficas

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941 - Publicação Original. Disponível em: > <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html> <. Acesso em: 11 ago. 2023.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Hora e vez dos coletivos LGBTQIA+ de futebol. Ludopédio, São Paulo, v. 161, n. 6, 2022.

CBF. Relatório revela 74 casos de LGBTfobia ligados ao futebol brasileiro em 2022. Disponível em: > <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/relatorio-revela-74-casos-de-lgbtfobia-ligados-ao-futebol-brasileiro-e?csrt=1136470199294731703> <. Acesso em: 11 ago. 2023.

CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA. Movimento contra a homofobia e transfobia no esporte brasileiro. Disponível em: > <https://vasco.com.br/movimentocontrahomofobia/> <. Acesso em: 11 ago. 2023.

COLETIVO DE TORCIDAS CANARINHO LGBTQ+. Conheça a Canarinhos LGBTQ+. Disponível em: > <https://canarinhoslgbtq.com.br/quem-somos/> <. Acesso em: 11 ago. 2023.

DAMATTA, Roberto; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Rev. bras. educ. ffs. esp ; 19(2): 143-151, abr.-jun. 2005.

GUEDES, Simoni Lahud; ALMEIDA, Edilson Márcio. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. Cuadernos de Aletheia. La Plata, n. 3, 2019.

²⁴ Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/coluna/analise-gigliotti/brasil-carrega-o-vergonhoso-titulo-do-pais-que-mais-mata-lgbt-no-mundo>. Acesso em 11 ago. 2023.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: > <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409> <. Acesso em: 10 ago. 2023.

MUDDE, Cas. *A extrema-direita hoje*. Tradução João Marcos E. D. de Souza. 1 ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PINHEIRO-MACHADO; FREIXO. *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização*. Rosana Pinheiro-Machado, Adriano de Freixo (organizadores) – Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

REIS, Matheus. *Amarelo desbotado: crise e sequestro da camisa da seleção brasileira de futebol*. 2021.

RIBEIRO, R. J. *Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldaoarruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-dizfilosofo/>>. Acesso em 10 de jul. 2023.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Futebol e política*. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt. (Orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SOUZA, Denaldo Archone de. *O Brasil entra em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo, Annablume, 2008.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

WILLIAMS, Matthew. *A ciência do ódio: a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam a sociedade humana*. Matthew Williams; tradução Marcelo Barbão. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.